

Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes
1º Fórum Integrador
Belém, 9 de agosto de 2016

Roda Temática: Supressão Vegetal Autorizada

Facilitação: Kena Chaves (FGV) e João Paulo Abud (IFC)

O debate na roda temática sobre Supressão Vegetal Autorizada (SVA) contou com a participação de empreendedores de grandes obras e de órgãos licenciadores, além de instituições públicas vinculadas ao setor florestal. Após breve apresentação do andamento das pesquisas, atividades e diálogos em curso no Grupo de Trabalho (GT), os presentes fizeram suas contribuições para o desafio do aproveitamento da madeira e da biomassa retiradas dos canteiros de obras, até hoje amplamente desperdiçadas, e que poderiam representar uma relevante oportunidade econômica para as cadeias florestais e para o combate à exploração ilegal.

A **desconexão entre o planejamento das operações de SVA e o de destinação da madeira** foi elencada como gargalo importante, uma vez que a finalidade previamente definida pode orientar a formulação dos inventários florestais, o processo de derrubada, e o armazenamento, entre outras etapas. Ressalta-se não apenas como essencial o **diagnóstico do mercado florestal regional**, mas também o tempo em que isso se realiza, idealmente como componente dos estudos de impacto ambiental, anteriores à licença prévia. O plano consolidado de destinação dos produtos de SVA deve estar equacionado, no entender do grupo, previamente à liberação da licença de instalação.

Nesse sentido, mostra-se oportuna a sinergia entre o planejamento de SVA e outro instrumento largamente debatido no âmbito da *Iniciativa Grandes Obras na Amazônia – Aprendizados e Diretrizes*: as Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADT). Percebe-se a necessidade de diálogo entre **Planos Básicos Ambientais (PBA) e ADT no tocante à estruturação de cadeias produtivas florestais** que possam absorver a madeira proveniente de SVA. Assim se vislumbra o componente da

participação social, em que estratégias sobre SVA são incorporadas à visão mais ampla do desenvolvimento regional, a partir de soluções negociadas entre empreendedor, instituições governamentais, representantes setoriais e da sociedade civil.

A necessidade de ajustes regulatórios foi amplamente discutida, incluindo alguns gargalos centrais na legislação paraense apontados pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado. A revisão do marco legal estadual que rege a destinação da madeira suprimida para implantação de projetos de mineração e hidrelétricas está atualmente em andamento na Secretaria. O Ibama, por sua vez, vem debatendo internamente atualização de algumas normas, especificamente quanto à definição da dominialidade, em casos em que os empreendimentos utilizam terras públicas para sua implantação. Todos os presentes concordaram que é necessária também a **procedimentalização das etapas da SVA em instruções normativas**, de modo a otimizar as operações em função da destinação pretendida.

Também se discutiram os riscos relativos à cadeia de custódia e as possibilidades de certificação socioambiental para a madeira oriunda de SVA, como forma de garantir a boa-fé do processo e maior acesso ao mercado. Para os presentes, é fundamental **o fortalecimento de órgãos ambientais e fiscalizadores**, como forma de garantir a origem e idoneidade da madeira a ser inserida no mercado. A **certificação, no entanto, foi questionada** tanto pelo Ibama como por alguns representantes do setor empresarial, em razão de seus altos custos. De acordo com o Ibama, outras formas de garantia da origem são possíveis, e o próprio órgão licenciador poderia emitir selos.

Sobre a iniciativa

O Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e a International Finance Corporation (IFC) partem da convicção de que é possível aprimorar a trajetória de instalação e operação grandes empreendimentos na Amazônia. Com base em um amplo diálogo, no qual já se engajaram mais de 90 organizações, de diversos setores, a iniciativa busca consolidar aprendizados e propor diretrizes orientadas pela promoção do desenvolvimento local.

O processo organiza-se em grupos de trabalho temáticos: Planejamento Territorial; Instrumentos Financeiros; Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e em Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas); Capacidades Institucionais; Ordenamento Territorial e Biodiversidade; e Supressão Vegetal Autorizada.

Os grupos vêm produzindo documentos com subsídios para as discussões e para a realização de oficinas temáticas. O acúmulo desses apontamentos será debatido em seminários específicos e fóruns, que devem resultar em um conjunto de orientações e ferramentas práticas. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das práticas empresariais e das políticas públicas, bem como fortalecer o debate pela sociedade civil.